OPINIÃO PÚBLICA
Revista do CESOP
http://doi.org/10.1590/1807-019120243018
e-ISSN 1807-0191

ARTIGO ORIGINAL

As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora

André Borges[1]

Este artigo busca compreender a reorganização da direita brasileira em reação aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Argumenta-se que a nova direita nas arenas eleitoral e legislativa é composta por duas vertentes distintas: a nova direita evangélica, que surgiu como parte de uma reação às mudanças progressistas nos valores e nas políticas públicas e distingue-se do resto da direita política pelas suas posições ultraconservadoras em questões morais; e a outra vertente da nova direita emergiu de movimentos liberais, anti-PT e anticorrupção, que se organizaram durante uma série de crises políticas e econômicas entre 2014 e 2018. Embora pesquisas anteriores tenham enfatizado as agendas ultraliberais desses movimentos, o que distingue essas forças políticas é seu perfil anti-*establishment*. Para demonstrar esses argumentos, o artigo recorre à análise dos programas partidários e a dados de *survey* realizados com os deputados federais em 2019.

Palavras-chave: nova direita; partidos políticos; evangélicos; conservadorismo; direita populista radical

Introdução

A onda de governos de esquerda que tomou conta da América Latina na década de 2000 evidenciou as dificuldades da direita política para construir partidos políticos competitivos em contexto de elevada desigualdade (Bowen, 2011; Luna; Kaltwasser, 2014). No caso brasileiro, a vitória do PT em sucessivas eleições presidenciais disputadas entre 2002 e 2014 trouxe uma série de desafios para as forças de direita. Não obstante o fato de os presidentes petistas terem sido obrigados a formar coalizões amplas e heterogêneas que incluíam parte das forças mais conservadoras, houve um aumento expressivo da representação da esquerda tanto em eleições nacionais quanto estaduais. Além disso, os governos do PT conseguiram entregar crescimento econômico e inflação baixa, em adição a uma queda sem precedente na desigualdade de renda, pelo menos até o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) (Samuels; Zucco Jr., 2016).

[1] Professor Associado III. Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília (DF), Brasil. E-mail: <andrebc@unb.br>.

Apesar do sucesso das políticas redistributivas dos governos petistas, a direita brasileira não apenas manteve níveis elevados de apoio eleitoral durante a virada à esquerda, mas também conseguiu ampliar a sua parcela do voto nacional nas eleições para a Câmara dos Deputados a partir de 2010. Ademais, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o sistema partidário se moveu claramente em direção à direita.

Nesse cenário, este artigo tem por objetivo analisar os processos de reorganização da direita política no período recente. Pretende-se avançar no entendimento de como as forças de direita em ascensão desde o início da década de 2000 se diferenciam, quanto às agendas e aos programas partidários, daquelas que respondiam pela maior parte dos votos e representação parlamentar da direita na década anterior.

Embora a pesquisa se concentre sobre a reorganização ou emergência de forças conservadoras nas últimas décadas, a definição de "nova direita" adotada no artigo não é meramente cronológica. A análise da nova direita se restringe às forças políticas que: i) emergiram ou se reorganizaram como parte de uma reação aos governos do PT durante as décadas de 2000 e 2010; e ii) possuem vínculos relevantes com movimentos e organizações da sociedade e/ou buscam mobilizar demandas desses mesmos grupos sociais. Por esse critério, o Partido Social Democrático (PSD), criado por dissidentes do antigo Democratas (DEM) em 2010, não pode ser considerado integrante da nova direita apesar de ter surgido no período recente. De fato, a criação daquele partido tinha como um dos seus objetivos garantir a adesão de políticos conservadores ao governo do PT à época, o que evidencia que a fundação do PSD não decorre de uma reação contrária ao PT e ao petismo. Por outro lado, o partido Novo, que surge a partir de movimentos liberais anti-PT e anticorrupção, é parte da nova direita, conforme a definição adotada neste artigo.

O artigo argumenta que a nova direita brasileira é composta por duas grandes vertentes. A primeira é a nova direita evangélica, composta por representantes das diferentes denominações evangélicas nas arenas eleitoral e parlamentar filiados a partidos de direita. Embora a organização da bancada evangélica remonte à Constituinte, nos últimos anos ocorreu um reposicionamento ideológico da bancada e a mobilização agressiva de pautas conservadoras dentro e fora do Congresso, refletindo uma clara reação às agendas progressistas dos governos de esquerda. A segunda vertente da nova direita está associada à onda antissistema e antipartido impulsionada pela operação Lava Jato e pela crise econômica no segundo governo Dilma Rousseff. Estas novas forças possuem conexões com movimentos liberais e anticorrupção que ganharam força no bojo de protestos contra o governo Dilma e a favor do impeachment da então presidente, entre 2015 e 2016. Esse segundo ramo da nova direita tem sido descrito por alguns analistas como resultado do surgimento de forças ultraliberais, alinhadas ao pensamento da Escola Austríaca de Economia (Rocha, 2021). Outros autores enfatizam a vinculação com movimentos de classe média, que seriam motivados pelo ressentimento dos estratos médios com as políticas redistributivas do PT (Solano; Ortellado; Ribeiro, 2019; Telles, 2019). O que une os diferentes grupamentos políticos analisados pela literatura, além da

adoção de pautas liberais na economia, é a sua conexão com movimentos e protestos que expressam descontentamento com os governos do PT, apoio à cruzada anticorrupção da operação Lava Jato, além de um sentimento difuso de rejeição aos partidos e à política tradicional (Ortellado; Solano, 2016; Tatagiba, 2018; Dias; Von Bülow; Gobbi, 2021). Neste artigo, analiso as expressões partidárias da direita dos movimentos liberais e anticorrupção, compreendendo o Partido Social Liberal (PSL), partido Novo e Podemos.

O artigo desenvolve e submete a teste empírico três hipóteses. A primeira hipótese é que a nova direita evangélica se diferencia da direita tradicional pela adoção de posições ultraconservadoras no que tange a temas morais, como casamento entre pessoas do mesmo sexo e aborto. A segunda hipótese sugere que a direita dos movimentos liberais se diferencia dos demais ramos da direita fundamentalmente por seu caráter populista e anti-*establishment*. A terceira hipótese é que a dimensão econômica, relativa ao papel do Estado na economia, não distingue claramente a direita dos movimentos liberais do restante da direita. Nesse sentido, não obstante a importância de *think tanks* e movimentos sociais ultraliberais para a renovação da direita (Rocha, 2021), a defesa dessas pautas não se constitui em elemento capaz de distinguir partidos como PSL e Novo da direita tradicional.

A relevância deste estudo está na possibilidade de contribuir para a literatura ainda incipiente sobre partidos políticos e movimentos de direita no Brasil. Embora existam muitas pesquisas sobre partidos de esquerda, especialmente sobre o PT, a direita partidária ainda é pouquíssimo estudada. Além disso, ainda há poucas pesquisas sobre as novas direitas que enfoquem as arenas eleitoral e partidária, analisando ainda as interações entre essas arenas e os eleitores de direita. Não obstante o renovado interesse pelo estudo dos eleitores, ativistas e lideranças de direita (Ortellado; Solano, 2016; Tatagiba, 2018; Almeida, 2019; Pinheiro-Machado et al., 2019), ainda há poucas pesquisas que procurem mapear de forma mais sistemática o processo de reorganização do campo conservador. Em particular, a questão de entender as diferenças entre "velhas" e "novas" direitas tem sido pouco explorada pela literatura.

O principal achado deste artigo é que a direita brasileira hoje é fundamentalmente diferente da direita dos anos 1990 e 2000. A ascensão da nova direita está associada à emergência de novas linhas de conflito, que incluem a crescente saliência de pautas morais e a politização de identidades religiosas, por um lado, e do outro, o surgimento de forças anti-*establishment*, dentre as quais se incluem lideranças e movimentos extremistas. Em contraste, os partidos da direita tradicional que predominavam até os anos 2000, se caracterizavam pelo seu caráter secular, pelo uso de estratégias clientelistas de mobilização e pela diluição das suas identidades ideológicas, como forma de apagar os seus vínculos com o regime autoritário (1964-1985). Ademais, enquanto a direita tradicional carecia de vínculos mais sólidos com interesses sociais organizados, a renovação da direita traz como um dos seus principais elementos a mobilização de

movimentos e organizações da sociedade, sejam igrejas ou movimentos liberais e anticorrupção que atuam nas redes e nas ruas.

Estratégias programáticas da direita em sociedades desiguais

O conceito e o ideal de igualdade são questões centrais que separam a direita da esquerda. A partir desse pressuposto central, Luna e Kaltwasser (2014) definem a direita como uma posição política caracterizada pela crença de que as desigualdades sociais são naturais e não devem ser objeto de intervenção direta do Estado. Em contraste, a esquerda é definida como uma posição política que se distingue pela crença de que as desigualdades entre as pessoas são construídas socialmente, o que, por sua vez, justificaria a ação estatal ativa no sentido de minorá-las. Em acordo à definição de Luna e Kaltwasser, os partidos de direita na América Latina contemporânea se distinguem tanto da esquerda quanto do centro por sua maior disposição para defender reformas neoliberais, como privatizações e desregulamentação de mercados, e um papel reduzido do Estado na esfera econômica (Wiesehomeier, 2010). Dadas as diferenças cruciais entre direita e esquerda, conclui-se que partidos de direita deveriam enfrentar maior dificuldade para obter apoio eleitoral de massa em sociedades muito desiguais (Kaltwasser, 2014). Isso porque, em contextos de elevada desigualdade, o eleitor mediano tende a ser um indivíduo de baixa renda, o qual se beneficiaria de políticas redistributivas defendidas pela esquerda (Luna; Kaltwasser, 2014).

A literatura comparada indica que há três grandes estratégias de posicionamento programático e mobilização eleitoral à disposição de partidos conservadores para lidar com esses obstáculos. Em primeiro lugar, esses partidos podem se utilizar da distribuição de benefícios materiais para conseguir o apoio dos eleitores de baixa renda ao mesmo tempo em que preservam o seu programa partidário e a capacidade de defender os interesses dos seus apoiadores de classe alta (Luna, 2010; Thachil, 2014).

Uma segunda estratégia envolve a politização de *issues* e clivagens transversais às divisões de classe. Através da politização de identidades étnicas, territoriais ou religiosas, os partidos de direita podem mais facilmente construir coalizões eleitorais compostas por segmentos de diferentes estratos sociais e, assim, competir de forma mais efetiva contra seus adversários à esquerda (Eaton, 2011; Kaltwasser, 2014).

No que diz respeito a essa segunda estratégia, a direita latino-americana tem sido bem-sucedida na politização de identidades religiosas e de valores tradicionais. Esses processos estão diretamente relacionados à expansão das igrejas evangélicas em vários países da região, como Brasil, Colômbia e Costa Rica. Tendências como a secularização das sociedades e mudanças de valores e da legislação em torno de questões como direitos LGBT, aborto e identidade de gênero, em muitos países da região, criaram incentivos para a organização e mobilização de grupos religiosos conservadores que enxergavam nas

mudanças culturais e políticas progressistas uma ameaça aos valores e modos de vida tradicionais (Villazón, 2014; Ortega, 2018; Boas, 2020).

Uma terceira estratégia disponível às forças de direita envolve a construção de partidos e/ou alianças eleitorais populistas. Adoto neste artigo a definição ideacional de populismo como uma ideologia maniqueísta que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e opostos: o "povo puro" e a "elite corrupta", defendendo uma concepção de política centrada na representação da vontade geral (*volonté générale*) do povo. Ainda que o populismo esteja com frequência associado a lideranças carismáticas e à comunicação sem intermediários entre líder e seguidores, esses aspectos apenas facilitam, porém não definem, a política populista (Mudde, 2004; Mudde; Kaltwasser, 2017). Um elemento central da ideologia populista é o seu caráter moralista e não programático. O populismo é maniqueísta por natureza e enfatiza a diferença normativa entre "elite" e "povo". Nessa perspectiva, os opositores são definidos como inimigos e como expressão do mal, e não apenas em função de diferentes valores e prioridades (Mudde, 2004, p. 544).

O que torna as estratégias populistas especialmente atrativas do ponto de vista da direita política é a possibilidade de colocar em segundo plano e/ou matizar posições programáticas sobre o papel do Estado na economia e na redução das desigualdades que não contam com apoio entre os eleitores pobres, por meio da ênfase na oposição maniqueísta entre elite e povo e no caráter anti-*establishment* da liderança. Com diferentes variações e nuances, os populistas de direita na América Latina costumam se amparar no descrédito dos eleitores com respeito à classe política tradicional em contextos de criminalidade crescente, escândalos de corrupção e crise econômica para construir coalizões eleitorais multiclassistas (Weyland, 2003; Luna; Kaltwasser, 2021; Zanotti; Roberts, 2021).

É possível identificar duas grandes ondas populistas de direita na região. A primeira onda está associada à implementação de programas ortodoxos de estabilização econômica por presidentes populistas como Alberto Fujimori e Fernando Collor na década de 1990. Essa variante neoliberal do populismo buscava mobilizar as massas depauperadas do setor informal da economia, apontando a classe política tradicional e as elites econômicas que haviam se beneficiado do modelo de substituição de importações como responsáveis pelos problemas econômicos do país (Roberts, 1995; Weyland, 2003).

Enquanto na primeira onda a agenda econômica era central, e se acenava aos eleitores pobres com a possibilidade de ganhos na renda real em decorrência da estabilização dos preços, na segunda onda populista de direita, as questões não econômicas (ex., segurança pública) ganham importância (Luna; Kaltwasser, 2021). Outra diferença central entre as duas ondas está no fato de que muitos dos populistas de direita no período pós-2000 construíram suas agendas em oposição aos governos de esquerda que estavam (ou haviam estado) no poder. Assim, a "elite corrupta" comum aos discursos de populistas de diferentes roupagens passou a ser associada à esquerda. O novo

populismo de direita procura contrapor os valores morais tradicionais do "povo" às agendas progressistas das elites culturais e intelectuais (Almeida, 2019; Campos, 2021).

Por fim, a segunda onda populista de direita está associada, em muitos casos, à emergência de partidos e lideranças de direita radical. Segundo Mudde (2007), os partidos de direita populista radical europeus se diferenciam de outros partidos de direita pela retórica populista, pelo nativismo – crença de que o Estado-nação deve ser habitado apenas pelos nativos – e por uma visão autoritária da sociedade, que implica a defesa de um Estado repressivo capaz de punir e vigiar comportamentos desviantes. Na América Latina, porém, a ideologia nativista associada a posições anti-imigração na Europa não é tão relevante para as agendas da direita radical. Novos líderes extremistas, como Jair Bolsonaro no Brasil e José Antonio Kast no Chile, têm se destacado pela defesa de políticas punitivistas de combate à criminalidade, além de se alinhar à defesa dos valores tradicionais encampada por grupos religiosos conservadores (Zanotti; Roberts, 2021).

A reorganização da direita no Brasil[2]

A resposta bem-sucedida da direita brasileira frente aos desafios trazidos pelos governos petistas dependeu em boa medida de uma reconfiguração do sistema partidário e da estrutura da competição política. Primeiro, a nova direita evangélica seguiu uma estratégia central no repertório dos partidos e movimentos de direita, politizando de forma efetiva uma identidade transversal às classes sociais – a religião. Em segundo lugar, a direita antipolítica adotou uma estratégia populista valendo-se da oposição populista entre "elite corrupta" e "povo", e apoiando-se em um discurso virulento de demonização do PT e das esquerdas para mobilizar os eleitores.

Desenvolvo o argumento acima em maior profundidade ao longo desta seção, descrevendo cada uma das vertentes da nova direita brasileira. Inicio a análise enfocando a ascensão e a queda dos partidos da direita tradicional, que dominavam o cenário eleitoral antes dos governos petistas.

A direita tradicional

Os principais partidos de direita no período anterior aos governos do PT foram criados pelas elites políticas que haviam apoiado a ditadura militar (1964-1985): o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Democrático Social (PDS)[3]. Tanto o PFL quanto o PDS

[2] Boa parte das ideias e conceitos discutidos nessa seção apareceu previamente na introdução da coletânea *Para entender a nova direita brasileira* (Borges; Vidigal, 2023), em versão modificada e mais extensa. Entretanto, enquanto a coletânea enfoca tanto eleitores quanto partidos e lideranças da nova direita, neste artigo, o foco recai sobre os partidos políticos.

[3] Em 2007, o PFL sofreu um processo de reorganização, adotando um novo nome: Democratas. Já o PDS experimentou uma série de fusões com outras legendas de direita até adotar o nome atual em 2003: Partido Progressista (PP). Ao longo do texto, utilizo a nomenclatura original dos partidos seguida pela denominação atual (ex., PFL/DEM).

eram sucessores do partido de sustentação dos governos militares (ARENA), e herdaram a estrutura organizacional e as redes clientelistas criadas pelos governadores nomeados pela ditadura. Após a transição à democracia, surgiram diversos pequenos partidos de direita que absorveram parte dos antigos quadros da ARENA, muito embora o PDS/PP e, especialmente, o PFL/DEM mantivessem o seu status como as maiores legendas do campo conservador. De modo geral, esse grupo de partidos, que denomino de "direita tradicional" ou "velha direita", era composto basicamente por organizações seculares, quase sempre com raízes no regime autoritário e cuja força eleitoral dependia significativamente do acesso privilegiado a recursos de patronagem nas três esferas de governo.

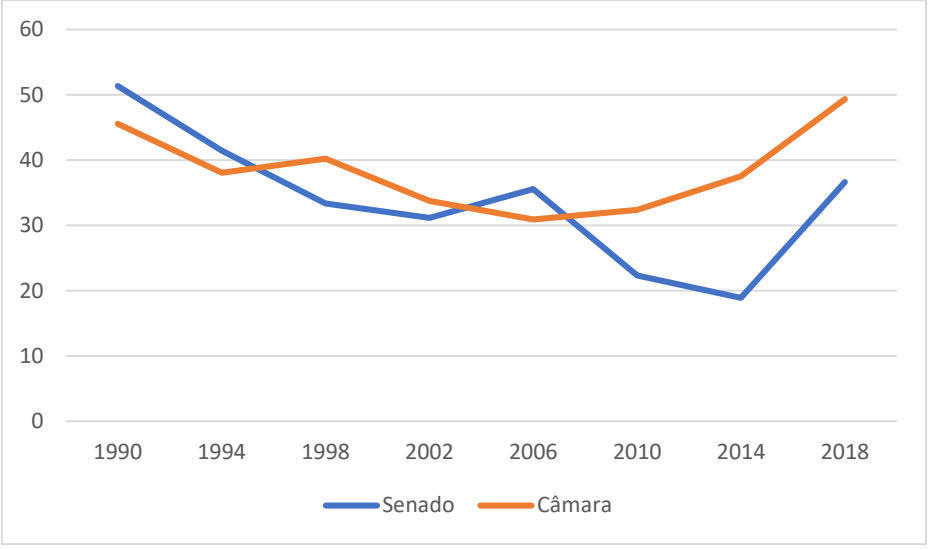
Os governos do PT acabariam por desmantelar as bases de apoio territorial da direita, especialmente nas regiões mais pobres do país – Norte e Nordeste – por meio da federalização de políticas sociais e da implementação de um amplo programa de transferência de renda que prescindia da intermediação dos governos estaduais. Além disso, uma vez que o PT e seus aliados à esquerda ganharam acesso aos cargos e verbas federais, abriu-se espaço para que eles pudessem competir de forma mais efetiva nas eleições subnacionais em estados previamente dominados por máquinas políticas conservadoras (Fenwick, 2009; Borges, 2011).

Essas mudanças tiveram um efeito dramático sobre o principal partido de direita do país, o PFL/DEM. Depois de enfrentar uma série de derrotas em eleições para governador ao longo da década de 2000, além de permanecer na oposição ao governo federal durante os 13 anos de administrações petistas (2003-2016), o partido sofreu um contínuo processo de esvaziamento. Em 2018, o partido obteve apenas 4,6% do total nacional de votos na eleição para a Câmara, em comparação com 17% em 1998. Os outros partidos da direita tradicional, como o PDS/PP e o PTB, embora não enfrentando as perdas eleitorais massivas sofridas pelo PFL/DEM, sobreviveram basicamente como "partidos-satélite", participando das coalizões de governo formadas pelos presidentes petistas (Power, 2018). Após a debacle do PFL/DEM, o bloco de direita no Congresso passou por um processo acelerado de fragmentação, com o surgimento de pequenas legendas particularistas especializadas em vender apoio aos governos de plantão.

Não obstante a sua fragilidade organizacional e crescente atomização, o bloco conservador no Congresso manteve níveis elevados de apoio eleitoral durante os governos do PT. Além disso, entre 2006 e 2018, as forças de direita experimentaram crescimento eleitoral na Câmara dos Deputados, chegando a 50% dos votos válidos em 2018. No caso do Senado, apesar de uma queda expressiva dos patamares de votação entre 2006 e 2014, o bloco de direita também experimentou reação em 2018, conforme ilustra o Gráfico 1[4]:

[4] A classificação ideológica dos partidos brasileiros foi construída primordialmente a partir dos escores estimados por Zucco e Power (2021) com base nas respostas dos deputados federais ao longo de diversas ondas da pesquisa *Brazilian Legislative Survey* (BLS). De modo a classificar os partidos não cobertos na BLS, utilizei dois *experts surveys* (V-Party e PREPPS). Os procedimentos utilizados para classificar os partidos brasileiros são detalhados no Anexo A.

Gráfico 1
Votação agregada dos partidos de direita, eleições para Câmara dos Deputados e Senado, 1990-2018



Fontes: Repositório de dados eleitorais TSE; BLS (vários anos), PREPPS (2006, 2011, 2015, 2019) e V-Party (2020).

O crescimento eleitoral da direita entre 2006 e 2018 nas eleições para a Câmara dos Deputados coincide com a decadência eleitoral dos principais partidos de direita organizados durante a transição à democracia. De fato, em 1998, os quatro maiores partidos de direita representavam 85% do total da votação do bloco de direita nas eleições para a Câmara dos Deputados; em 2018, esse percentual caiu para 24,8%[5]. Esses dados já são um primeiro indicativo do amplo processo de renovação experimentado pela direita brasileira, com o crescimento eleitoral de pequenos partidos e o surgimento de novas forças[6].

A direita evangélica

Sem dúvida, a ascensão da direita evangélica é parte central nesse processo de renovação do bloco conservador no Congresso brasileiro. Se é verdade que a presença dos evangélicos na política eleitoral não é novidade, remontando à Assembleia Constituinte, a partir da década de 2010, a direita religiosa passa por importantes mudanças do ponto de

[5] Dados obtidos do Repositório de Dados Eleitorais do TSE: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Cálculos do autor.
[6] É importante notar que a decadência eleitoral da direita tradicional não pode ser atribuída apenas ao aumento generalizado da fragmentação partidária entre 2002 e 2018. De fato, os maiores partidos de esquerda conseguiram manter em boa medida a sua posição no bloco progressista: entre 1998 e 2018, o percentual de votos do PT, PSB e PDT em relação ao total da esquerda caiu de 89% para 72%.

vista organizacional e das estratégias programáticas, além de passar a representar um percentual cada vez mais expressivo do total da votação da direita nas eleições legislativas nacionais.

O enorme sucesso das igrejas evangélicas na competição por fiéis, em meio a um decréscimo no tamanho da maioria Católica, criou tanto incentivos quanto oportunidades para a politização das identidades religiosas. Entre 1980 e 2010, o percentual da população autoidentificada como evangélica aumentou de 6,5% para 22% da população (Smith, 2019). Em comparação com a maioria Católica, os evangélicos têm maior probabilidade de frequentar a igreja regularmente, sendo, portanto, mais suscetíveis à influência do clero (Rodrigues; Fuks, 2015).

Na média, os evangélicos têm posições mais conservadoras, tanto em relação aos eleitores católicos quanto àqueles sem religião, em temas como casamento, papéis de gênero, homossexualidade e aborto. Em especial, a forte oposição dos evangélicos aos direitos LGBT os diferencia claramente de outros grupos religiosos (McAdams; Lance, 2013; Smith, 2019; Corrales, 2020).

A bancada evangélica na Câmara dos Deputados aumentou de 4% do total em 1990 para 14,4% em 2014 (Quadros; Madeira, 2018). Cabe mencionar, entretanto, que até recentemente, as maiores denominações evangélicas, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus (AD), não se preocupavam em coordenar o esforço de representação dos evangélicos em torno de um único partido confessional. Ao contrário, as igrejas evangélicas optaram por tirar vantagem do sistema eleitoral de lista aberta com elevadas magnitudes distritais para espalhar candidatos apoiados pelo clero entre vários partidos de diferentes orientações ideológicas (Reich; Dos Santos, 2013). O comportamento pragmático e não ideológico da direita evangélica se evidencia na aliança entre o PT e algumas das maiores igrejas durante as campanhas à presidência de Lula em 2002 e 2006.

Esse cenário de virtual ausência de polarização e baixa consistência entre as pautas dos políticos evangélicos e suas estratégias eleitorais se alteraria radicalmente a partir de uma série de mudanças de caráter progressista na legislação e nos valores da sociedade. Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010, motivaram uma reação conservadora encampada pelo clero evangélico. Na ausência de partidos conservadores fortes, a guerra cultural contra as pautas progressistas foi liderada pelo clero evangélico e seus representantes no parlamento (Smith, 2019). Com o aumento da polarização, a bancada evangélica passou a confrontar as agendas progressistas do PT e da esquerda no Congresso (Quadros; Madeira, 2018). A crescente radicalização das igrejas e seus representantes no Congresso culminou no apoio da bancada evangélica à candidatura de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Pela primeira vez, as maiores denominações evangélicas do país se uniram em torno de uma candidatura única, a qual representava claramente a visão ultraconservadora encampada nos discursos dos religiosos (Mariano; Gerardi, 2019).

A guerra cultural dos evangélicos contra a secularização e as mudanças progressistas coincidiu com importantes mudanças na organização política das igrejas. Enquanto no final da década de 1990 os partidos da direita tradicional – PFL/DEM, PP, PTB – mais o PMDB respondiam por 73% de todas as candidaturas evangélicas à Câmara dos Deputados, em 2014, esse percentual se reduziu a menos de 15% (Borges; Babireski, 2021). Concomitantemente, as grandes igrejas evangélicas passaram a controlar partidos confessionais, como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Ecológico Nacional (PEN)[7]. Enquanto em 2002 esses três partidos obtiveram menos de 1% dos votos nacionais na eleição para a Câmara dos Deputados, esse percentual aumentou para 8,3% em 2018 (17% do voto total do bloco de direita).

Cabe notar, porém, que apesar do surgimento de partidos ligados às igrejas, os evangélicos continuam se organizando de forma suprapartidária no Congresso. No início da legislatura 2019-2023, os 85 deputados da frente parlamentar evangélica estavam espalhados por nada menos que 23 partidos, sendo que o PRB, o PSL e o Partido Republicano (PR) possuíam as maiores representações da frente: 19, 8 e 7 deputados respectivamente (Valle, 2018)[8]. Tendo em vista esses aspectos, utilizo ao longo do artigo o termo "direita evangélica" de forma ampla para me referir aos representantes das igrejas nas arenas eleitoral e parlamentar filiados a partidos de direita.

A direita dos movimentos liberais e anticorrupção: a ascensão da antipolítica

A ascensão do outro ramo da nova direita está relacionada à organização de movimentos liberais e conservadores durante as crises econômica e política que levaram ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e ao descrédito de todos os grandes partidos. Boa parte desses novos movimentos de direita foi fundada por jovens ativistas que sentiam que suas ideias não eram adequadamente representadas em razão da hegemonia cultural da esquerda na academia e na mídia (Rocha, 2018).

Embora pequenos inicialmente, movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online experimentaram rápido crescimento durante os protestos a favor do impeachment em 2015 e 2016. Os protestos de rua contra a presidente Dilma Rousseff foram motivados por uma profunda contração econômica em 2015-2016 e por uma série de escândalos de corrupção revelados pela operação Lava Jato. Essa operação surgiu em 2014 como uma investigação de um esquema de suborno na petroleira estatal da Petrobras, mas gradualmente se expandiu e revelou inúmeros esquemas corruptos envolvendo outras empresas públicas, empresas de construção e políticos afiliados a praticamente todos os principais partidos. A Lava Jato levou à condenação e à prisão de

[7] O PEN alterou o nome pouco antes das eleições de 2018, passando a se chamar Patriota. Assim, em todas as referências posteriores ao partido, utilizo a denominação "Patriota" ou "PATRI".
[8] Em 2019, o PR passou a se chamar Partido Liberal (PL). Assim, em todas as referências posteriores, utilizo a sigla PR/PL para me referir à legenda.

várias figuras-chave do PT. Além da estagflação durante a administração de Rousseff, escândalos de corrupção levaram a uma onda anti-incumbente que resultou na rejeição crescente ao Partido dos Trabalhadores. O vice-presidente Michel Temer do PMDB, que assumiu a presidência após o impeachment, não se saiu melhor do que a sua antecessora. A equipe econômica do novo presidente entregou crescimento econômico pífio entre 2017 e 2018. Além disso, um escândalo de corrupção envolvendo Temer e seus assessores mais próximos contribuiu para enfraquecer politicamente o governo e tornar o presidente um dos líderes mais impopulares da história (Santos; Tanscheit, 2019).

Mais tarde, conversas vazadas entre juízes e promotores de justiça revelariam que a operação Lava Jato tinha se baseado em estratégias extra-constitucionais para desacreditar deliberadamente os partidos e obter apoio popular a favor da "limpeza" do sistema político[9]. O escândalo "Vaza-Jato" deixou claro que juízes e promotores de justiça haviam deliberadamente manipulado o devido processo legal para condenar políticos acusados de corrupção, incluindo o ex-presidente Lula[10]. Além disso, o juiz federal Sergio Moro, que ganhou destaque nacional por seu papel de liderança na operação Lava Jato, seria mais tarde nomeado ministro da Justiça de Bolsonaro, o que é mais uma evidência de que os juízes e promotores da Lava Jato tinham um projeto político próprio.

Apesar das variações em suas agendas, os novos movimentos de direita que emergiram das crises econômica e política de 2014-2016 se aliaram à operação Lava Jato e a sua cruzada moralista contra a corrupção. Além disso, a nova direita nas ruas e nas redes se apresentou como apartidária, apesar de suas conexões com a oposição de centro-direita ao PT (Tatagiba; Trindade; Texeira, 2015; Tatagiba, 2018). Ao apoiar a operação Lava Jato, apresentando-se como "apolíticos" e associando o PT e a esquerda à corrupção, os movimentos de direita foram capazes de mobilizar os sentimentos anti-incumbente e anti-*establishment* do eleitorado (Ortellado; Solano, 2016; Tatagiba, 2018; Dias; Von Bülow; Gobbi, 2021).

Ao longo do artigo, argumento que a crítica à política e aos políticos tradicionais, assim como o alinhamento à operação Lava Jato, a rejeição ao PT e a todos os partidos estabelecidos, são elementos centrais que distinguem a segunda vertente da nova direita dos demais partidos conservadores. Nesse sentido, a direita dos movimentos liberais e anticorrupção incorpora alguns elementos da nova onda populista de direita na América Latina, especialmente àqueles relacionados à crítica ao *establishment* político e à política tradicional. Assim, denomino esse grupo de forças políticas de "direita antipolítica", enfatizando o seu caráter anti-*establishment*.

Ainda que esse caráter da nova direita tenha fortes raízes na onda anticorrupção e antipartidos desencadeada pela operação Lava Jato, ela não se reduz ao alinhamento

[9] Conferir série "As mensagens secretas da Lava Jato". Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 15 maio 2024.

[10] Depois de ser preso em abril de 2018, Lula perdeu seus direitos políticos e não pôde concorrer à presidência, embora estivesse à frente nas pesquisas de intenção de voto. O STF acabaria por anular as condenações do ex-presidente em abril de 2021.

político à operação. A posição de crítica a esse conjunto de forças políticas se traduz, de forma mais ampla, na defesa da renovação das elites políticas e do recrutamento de *outsiders* sem experiência política prévia, sejam militares, juízes ou ativistas de movimentos sociais. A direita antipolítica também se distingue pela crítica às instituições existentes e defesa de amplas mudanças com o intuito de "limpar" o sistema político. Cabe notar também que os traços anti-*establishment* da nova direita não se confundem necessariamente com a defesa de ideias antissistema que visam a derrubada do regime democrático. Mesmo que parte das novas alternativas conservadoras tenha adotado posições extremistas, a postura de crítica ao *establishment* pode coexistir com a aceitação dos valores da democracia liberal, levando à defesa de reformas institucionais para aperfeiçoar o sistema político. De fato, como argumento à frente, há uma diferença fundamental no interior da direita antipolítica entre forças iliberais e potencialmente autoritárias e forças que estão mais dispostas a atuar dentro das regras do jogo.

Alguns dos líderes dos protestos de massa de 2015-2016 entrariam na política eleitoral como legisladores nacionais ou estaduais em 2018, por diferentes partidos políticos[11]. Provavelmente, o Novo é o partido que mais foi influenciado pelos novos movimentos de direita. Criado pelo empresário João Amoedo em 2011 para defender ideias econômicas ultraliberais, o partido incorporaria mais tarde membros de movimentos de direita como Libertários, MBL e Livres (Rocha, 2018). Além de defender a desregulamentação do mercado, a privatização e a redução do Estado, o Novo abraçou a agenda anticorrupção da operação Lava Jato. O programa do partido enfatiza a necessidade de implementar reformas legais para pôr um fim à impunidade e combater efetivamente a corrupção. Por fim, em consonância com a orientação populista dos movimentos da juventude de direita, o Novo se apresenta como uma força política anti-*establishment* criada por cidadãos comuns sem nenhum envolvimento prévio na política partidária[12].

A combinação de agendas neoliberais tradicionais e apelos anti-establishment que caracteriza o partido Novo também é evidente no Podemos, previamente conhecido como Partido Trabalhista Nacional (PTN). O PTN mudou seu nome em 2017 para criar uma nova identidade como partido anticorrupção. O candidato presidencial do partido em 2018, o senador Álvaro Dias, prometeu combater a impunidade e apoiar a operação Lava Jato, além de adotar um discurso em favor do endurecimento da legislação penal para combater o crime (Gregorio; Contrera, 2020). Após a eleição, a delegação do Podemos no Senado atuou na criação da bancada Muda Senado, organizada em favor de reformas políticas

[11] Carla Zambelli, fundadora do movimento Nas Ruas, foi eleita deputada federal pelo PSL. Bia Kicis, do Revoltados Online, foi eleita para a Câmara dos Deputados pelo Partido Republicano Progressista (PRP). Em 2019, ela migrou para o PSL.

[12] Esta seção se baseia no programa do partido, disponível em: <www.novo.org.br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

anticorrupção[13]. No final de 2021, o ex-juiz Sergio Moro se juntaria ao partido em preparação para sua candidatura presidencial, o que revela a forte conexão entre o Podemos e a cruzada anticorrupção da Lava Jato.

Além do Podemos e do Novo, a direita antipolítica se organizou em torno do projeto presidencial de Jair Bolsonaro, deputado do baixo clero e capitão reformado do Exército. Seguindo o manual dos populistas, Bolsonaro assumiu o controle de um pequeno partido de direita sem expressão na política nacional, o PSL, e o transformou em um veículo eleitoral personalista alguns meses antes das eleições (Ribeiro; Borges, 2020). A ascensão da direita radical ao poder contou com o apoio crucial de setores das Forças Armadas, que atuaram nos quartéis e em academias militares para promover a candidatura do PSL, com a conivência do Alto Comando do Exército (Leirner, 2020). O general da reserva Hamilton Mourão, filiado a um partido nanico - o Partido da Renovação Trabalhista Brasileira (PRTB) –, assumiu a vaga de vice-presidente na chapa, enquanto outros altos oficiais com grande prestígio na caserna participaram ativamente da campanha. Logo após a posse, Bolsonaro montaria um ministério com elevada participação de militares (40% do total de ministros), além de ampliar de maneira expressiva o orçamento da Defesa (Amorim Neto; Acácio, 2020). Todos esses fatores indicam que o governo que assumiu em 2019 era, na sua essência, um governo gestado e operado por militares.

Bolsonaro construiu sua campanha, em grande parte, sobre a condenação da "velha política" e sobre a defesa da família tradicional e dos valores cristãos, estabelecendo uma sólida aliança com a direita evangélica (Almeida, 2019). Ele também mobilizou os sentimentos antipetistas dos eleitores, demonizando o partido e culpando-o pela corrupção generalizada e pela estagnação econômica. Consistente com sua filiação à direita militar, adotou uma retórica abertamente antidemocrática durante a campanha: glorificou a ditadura (1964-1985) e torturadores confessos, e falou em metralhar seus oponentes de esquerda. Ao longo do seu mandato (2019-2022) e durante a campanha pela reeleição, Bolsonaro estimulou atos antidemocráticos e colocou em dúvida a credibilidade das urnas eletrônicas, demonstrando, assim, a sua filiação ao projeto autoritário da ultradireita representado por líderes como Viktor Órban.

A variante populista radical da direita antipolítica representada por Bolsonaro e seus aliados mais próximos difere do partido Novo e do Podemos na medida em que esses últimos partidos não tinham ligações orgânicas com as Forças Armadas nem adotaram (ao menos durante a campanha eleitoral de 2018) uma retórica abertamente iliberal e golpista[14]. Ainda assim, há claras semelhanças entre a coligação PSL-PRTB e Novo-

[13] "Muda Senado: Quem é o grupo que quer mudar o senado e o judiciário". Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/muda-senado-quem-e-o-grupo-que-quer-mudar-o-senado-e-o-judiciario/>. Acesso em: 15 maio 2024.

[14] Pode-se argumentar, de fato, que o bolsonarismo reúne tanto forças radicais, que questionam os valores da democracia liberal sem, no entanto, pregar a abolição por completo do regime democrático, quanto grupos extremistas, que defendem abertamente o uso da força para solapar a democracia. Essa aproximação entre a extrema direita e a direita populista radical também se evidencia na Europa, conforme nota Pirro (2023).

Podemos na medida em que todas essas legendas se posicionavam como forças anti-*establishment*, além de partilhar um mesmo discurso populista que divide o mundo político entre uma classe política corrupta e desconectada das aspirações do cidadão comum (geralmente identificada com o PT e a esquerda), e os verdadeiros representantes do povo (os políticos e ativistas da nova direita). Cabe mencionar ainda que o Novo e o Podemos apoiaram Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial em 2018, além de fazer parte da base de sustentação do governo no Congresso. Essas duas agremiações também contam com parlamentares que se notabilizaram pelo alinhamento com o ex-presidente Bolsonaro, a exemplo do deputado federal Marcel Van Hattem (Novo-RS) e do senador Eduardo Girão (Podemos-CE)[15]. Por fim, há semelhanças entre PSL, Novo e Podemos do ponto de vista do perfil dos eleitores. Analisando as disputas para o Senado em 2018, Borges (2023) demonstrou que os eleitores das três agremiações são, na média, substancialmente mais antipetistas, além de apoiar mais fortemente a operação Lava Jato, em comparação com os demais eleitores de direita.

O sucesso da estratégia populista da nova direita pode ser aferido pelo seu extraordinário desempenho nas eleições de 2018. Cerca de 16% do total de votos nas disputas para a Câmara e para o Senado foram conquistados por PSL, PRTB, Novo e Podemos. Nas eleições para a Câmara alta, a direita antipolítica contribuiu com 45% do total dos votos conservadores; na Câmara dos Deputados, a votação desses partidos correspondeu à aproximadamente um terço dos votos totais da direita.

Dados, métodos e resultados

Com o objetivo de demonstrar de forma sistemática as diferenças e semelhanças entre as três vertentes da direita brasileira no que diz respeito a suas posições sobre *issues* econômicos e culturais, utilizo tanto *surveys* com especialistas quanto pesquisas feitas com os parlamentares. Boa parte das análises reportadas nesta seção se ampara na pesquisa de *survey* do projeto *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA) realizado com parlamentares brasileiros no ano de 2019. A pesquisa entrevistou um total de 125 deputados federais de 24 partidos diferentes, cobrindo as posições dos parlamentares sobre temas econômicos e culturais. Os *surveys* da PELA com parlamentares de toda a América Latina são realizados de forma regular pelo Observatório de Instituições Representativas (OIR), da Universidade de Salamanca, desde a década de 1990, em parceria com instituições e centros de pesquisa de diversos países da região. No Brasil, os *surveys* da PELA são realizados pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL) da UFMG.

[15] "Saiba quem é Marcel Van Hatten, postulante de última hora do Novo à presidência da Câmara". Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/saiba-quem-e-marcel-van-hattem-postulante-de-ultima-hora-do-novo-a-presidencia-da-camara.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2024. "Girão, que defendeu governo na CPI da Covid, vira maior aliado de Moro no Podemos". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/03/girao-que-defendeu-governo-na-cpi-da-covid-vira-maior-aliado-de-moro-no-podemos.shtml>. Acesso em: 15 maio 2024.

Desse modo, utilizo as perguntas da PELA 2019 sobre questões econômicas e sobre pautas de costumes (ex., aborto e direitos LGBT) para comparar as posições dos partidos de direita. O *survey* de 2019 também incluiu uma pergunta sobre religião dos parlamentares, o que possibilita analisar de forma sistemática as diferenças entre parlamentares de direita evangélicos e de outras religiões. Para demonstrar a hipótese de que a direita evangélica se diferencia do restante da direita por conta das suas posições mais conservadoras na pauta de costumes, utilizo análises estatísticas descritivas simples e modelos de regressão. Também utilizo dados da PELA para comparar as posições da direita antipolítica com os demais partidos da direita no que diz respeito à dimensão econômica. Essa análise visa verificar se a nova direita dos movimentos liberais e anticorrupção se diferencia do resto da direita quanto à adoção de posições ultraliberais, conforme a análise de Rocha (2021).

Por fim, para entender como a nova direita antipolítica se diferencia dos demais partidos conservadores no que concerne à saliência do discurso anti-*establishment* e populista, recorro à análise dos programas dos partidos de direita em 2018 realizada por Gregório e Contrera (2020) com base na metodologia do Manifesto *Research on Political Representation* (MARPOR) para analisar diferenças e similaridades entre as legendas no que concerne à dimensão anti-*establishment*.

A Tabela 1 abaixo mostra as posições dos partidos de direita, agrupados em dois blocos – direita antipolítica e tradicional - em um índice de liberalismo econômico, criado a partir de uma bateria de perguntas do *survey* da PELA com os deputados federais brasileiros. O índice de liberalismo econômico foi construído a partir de três perguntas do *survey* da PELA sobre o papel do Estado na economia. As perguntas utilizadas para a construção do índice cobrem o grau de regulação do mercado, e o controle estatal sobre os serviços públicos e os recursos naturais. Elas estão listadas a seguir:

> V23 - No debate econômico sobre modelos de regulação, o(a) Sr(a). poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado (1) ou pelo mercado (10)?
> V24 - Qual é, na opinião do(a) Sr(a)., o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos? Estado (1) ou pelo mercado (10)?
> V25 – Qual é, na opinião do(a) Sr(a)., o nível de controle que o Estado deve ter sobre os recursos naturais? Estado (1) ou pelo mercado (10)?

O Alpha de Cronbach para as perguntas selecionadas é de 0.88, o que indica um elevado grau de intercorrelação entre elas. O índice foi calculado como uma média simples das respostas às três perguntas. Valores mais altos no índice de liberalismo indicam uma maior preferência pelo livre mercado em oposição ao controle estatal.

A Tabela 1 mostra as médias de liberalismo econômico por bloco partidário. Os resultados indicam, como esperado, que os parlamentares de direita são, na média, mais

liberais do que os parlamentares de esquerda. Os resultados mostram ainda que a direita antipolítica não se diferencia dos demais ramos da direita nessa dimensão. O Test T de *Tukey* mostra que as (pequenas) diferenças entre os sub-blocos da direita não são significativas.

Tabela 1 - Índice de liberalismo econômico, médias por bloco partidário, PELA 2019

Bloco partidário	Liberalismo	N
Direita tradicional	6.25	30
Direita antipolítica	6.97	23
Centro	6.31	18
Esquerda	3.74	39

Fonte: PELA (2019).

Em síntese, as análises descritivas confirmam a terceira hipótese do artigo: a direita antipolítica não se diferencia claramente dos demais ramos da direita no que diz respeito ao papel do Estado na economia.

De modo a explorar diferenças entre os parlamentares de acordo com a crença religiosa, utilizo dados do *survey* da PELA realizado com os deputados federais em 2019. As respostas dos deputados a uma bateria de perguntas sobre casamento homossexual, legalização das drogas e aborto foram agregadas em um índice de conservadorismo variando de 1 a 10. O Alpha de Cronbach para as três perguntas utilizadas é de 0.73, resultado que indica a viabilidade da sua agregação em um único índice. O indicador de conservadorismo foi calculado como uma média simples das três dimensões[16].

Uma vez que a ideologia partidária e a religião dos parlamentares estão associadas – 75% dos parlamentares evangélicos na amostra do *survey* da PELA eram filiados a partidos da direita – e considerando ainda que a primeira hipótese exige comparar deputados de direita evangélicos aos demais parlamentares de direita, optei por rodar dois modelos de regressão simples usando o indicador de conservadorismo como variável dependente, e a religião e o bloco partidário (centro, esquerda e direita) como variáveis independentes. Dessa forma, torna-se possível verificar o efeito da religião mantendo constante o efeito da ideologia partidária.

A Tabela 2 mostra os resultados do modelo de regressão para o índice de conservadorismo. As variáveis explicativas são a religião do parlamentar e a ideologia do partido de filiação. "Sem religião" e "esquerda" são as categorias de referência.

[16] A criação do índice é explicada em maiores detalhes no Anexo B.

Tabela 2 - Resultados do modelo para conservadorismo

	Conservadorismo	
	B	Erro
(Constante)	***3.71	0.64
Religião: católica	0.34	0.61
Religião: evangélica	**1.78	0.76
Religião: outras	2.18	1.11
Partido direita	***2.69	0.44
Partido centro	***2.22	0.61
N		100
R^2		0.34

Fonte: PELA (2019).
*** p<-0.01; ** p<0.05.

Os resultados do modelo mostram que parlamentares evangélicos são, na média, mais conservadores que os parlamentares de outras religiões, e esse efeito se mantém mesmo com a presença de controles para ideologia.

A partir dos coeficientes dos modelos, estimei os valores de conservadorismo mantendo fixa a ideologia (direita) e variando a religião utilizando o pacote "*Marginal Effects*" do R. Os valores previstos são 8.09 (evangélico de direita), 6.74 (católico de direita) e 6.40 (sem religião e de direita), o que indica que o primeiro grupo é claramente mais conservador, na média, que os demais. As diferenças entre as predições para os evangélicos de direita e os demais grupos são estatisticamente significativas ($p<0.05$). Esses resultados confirmam a primeira hipótese do artigo: deputados da direita evangélica se diferenciam claramente dos demais parlamentares de direita por conta das suas posições mais extremas com respeito à pauta de costumes.

Como teste adicional, estimei um modelo para verificar os efeitos da religião sobre as preferências dos parlamentares quanto ao papel do Estado na economia, na presença de controles para ideologia. Os resultados dessa regressão, reportados no Anexo B, mostram que os deputados evangélicos não se diferenciam claramente dos outros parlamentares com respeito ao índice de liberalismo econômico.

A seguir, apresento uma análise sistemática dos programas governamentais de partidos de direita que apresentaram candidatos na eleição presidencial de 2018: PSL, Novo, Podemos e Patriota. Os três primeiros partidos compõem o bloco da direita antipolítica enquanto o Patriota integra o grupo de partidos confessionais de direita. Uma vez que os partidos da direita tradicional não participaram das eleições de 2018 com

candidato próprio, optando na maior parte dos casos por apoiar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a análise também inclui o programa deste último partido. Para a análise, utilizo as dimensões programáticas construídas por Gregorio e Contrera (2020) com base nas categorias do MARPOR. Esses autores analisaram os programas partidários utilizando a metodologia de análise de conteúdo do MARPOR que consiste em classificar as menores unidades de texto (quase-sentenças) em cada uma das 56 divisões temáticas do seu quadro de análise. Em seguida, agruparam as categorias temáticas em quatro dimensões: direita liberal, direita conservadora, direita militar e direita anti-*establishment*. A dimensão liberal inclui categorias usualmente associadas ao liberalismo econômico (ex., limitação do Estado de Bem-Estar, ortodoxia econômica: positivo), enquanto a dimensão direita conservadora agrupa categorias que indicam apoio ao patriotismo e à moralidade tradicional. Por sua vez, a dimensão direita militar agrega as categorias de fortalecimento das Forças Armadas e segurança pública (lei e ordem: positivo) (Gregorio; Contrera, 2020, p. 38).

Para fins da análise realizada neste artigo, a dimensão direita anti-*establishment* é a mais relevante. Esta última dimensão verifica em que medida os programas de governo se colocaram contra o *establishment* político, seja associando-o à corrupção política, seja apresentando um panorama negativo das instituições vigentes. Por fim, a categoria direita anti-*establishment* também captura a preferência dos partidos por mecanismos diretos e personalistas de representação (Gregorio; Contrera, 2020, p. 37).

A Tabela 3 mostra a soma dos percentuais de frequência das categorias que compõem cada uma das dimensões. Percentuais mais altos (baixos) indicam uma maior (menor) saliência de cada dimensão no programa do partido.

Tabela 3 - Saliência das dimensões de direita nos programas partidários, partidos selecionados (%)

	NOVO	**PATRI**	**PODE**	**PSDB**	**PSL**
Direita conservadora	0	**10.53**	0.75	0	6.44
Direita anti-*establishment*	**28.03**	10	23.13	4.55	15.4
Direita liberal	28.45	21.05	22.13	25.76	**29.89**
Direita militar	3.37	4.74	1.49	**9.09**	5.06
	$X^2 = 54.53$				
	p<0.001				

Fonte: Gregorio; Contrera (2020).

Como visto na tabela, a dimensão direita anti-*establishment* é mais saliente nos programas do Novo, PSL e Podemos, com percentuais entre 15,4% e 28%. Já o Patriota, partido ligado às igrejas evangélicas, se destaca no item direita conservadora. A dimensão direita liberal não diferencia claramente entre os partidos de direita, nem entre esses e o

PSDB. Curiosamente, a dimensão direita militar recebeu mais menções no programa do PSDB do que no programa do PSL, não obstante as estreitas conexões entre o então candidato Jair Bolsonaro, as Forças Armadas e as corporações policiais.

Com o intuito de comparar de forma sistemática as diferenças e similaridades entre PSL, Novo e Podemos, de um lado, e PSDB e Patriota, de outro, agreguei as posições dos partidos em dois blocos ("direita antipolítica" e "outros"). Em seguida rodei um teste qui-quadrado e obtive os resíduos padronizados por célula para verificar quais dimensões são as mais importantes para discriminar entre as categorias. O resultado da análise é reportado na Tabela 4:

Tabela 4 - Resíduos padronizados para saliência das dimensões de direita nos programas partidários, direita antipolítica x outros

	Direita antipolítica	**Outros**
Direita conservadora	-1.30	1.81
Direita anti-*establishment*	1.82	-2.52
Direita liberal	-0.34	0.48
Direita militar	-1.44	1.99
$X^2 = 20.97$		
$p<0.001$		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gregorio e Contrera (2020).

O teste qui-quadrado refuta a hipótese de independência entre as categorias de partidos e as dimensões programáticas, indicando que há diferenças sistemáticas entre os grupos. A categoria direita anti-*establishment* é a que mais contribui para a estatística qui-quadrado. Por outro lado, os resíduos para a categoria direita liberal são os menores dentre todas as categorias. Assim, é também digno de nota que, com exceção da dimensão pró/anti-*establishment*, os resíduos padronizados para a direita antipolítica são negativos para todas as dimensões avaliadas na tabela. Esses resultados reforçam o argumento de que a dimensão pró/anti-*establishment* é central para diferenciar a direita antipolítica do resto da direita, enquanto a dimensão econômica não diferencia claramente entre os partidos do campo conservador.

Conclusões

As evidências apresentadas neste artigo atestam a bem-sucedida reorganização da direita brasileira em reação às sucessivas vitórias eleitorais do PT nas eleições presidenciais de 2002 a 2014. Ao mesmo tempo em que os partidos da direita tradicional, como o PFL/DEM, experimentaram paulatino e expressivo declínio eleitoral durante os governos

petistas, as novas direitas evangélica e antipolítica tornaram-se cada vez mais relevantes dentro do bloco conservador.

Não obstante a crescente importância de partidos confessionais controlados pelas igrejas, a direita evangélica continua se organizando de forma suprapartidária, em mais de uma dezena de legendas conservadoras. Esse ramo da direita se caracteriza pela adoção de posições ultraconservadoras em temas como aborto e casamento gay e pelo papel-chave desempenhado pelas igrejas nas campanhas e na mobilização do eleitorado. A direita antipolítica, por sua vez, inaugura uma divisão até então ausente no campo conservador, adotando posições anti-*establishment*. Dentro dessa vertente da direita, no entanto, há diferenças importantes, pois a ultradireita, organizada em torno do ex-presidente Bolsonaro, se situa numa zona cinzenta entre o radicalismo de direita e o extremismo, haja vista a colaboração entre o braço institucional e parlamentar do bolsonarismo e grupos abertamente golpistas. Por outro lado, outras forças, representadas por partidos como Novo e Podemos, mostram maior disposição para atuar dentro das regras do jogo democrático[17].

Com base nas análises apresentadas neste artigo, podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a direita brasileira hoje é substancialmente diferente da direita da década de 1990. Partidos majoritariamente seculares, que se valiam da mobilização clientelista e com raízes na ditadura, perderam espaço para forças conservadoras com vínculos com as igrejas e legendas anti-*establishment*. A nova direita evangélica, que atua de forma suprapartidária, foi capaz de politizar as identidades religiosas e marcar posição na pauta de costumes, diferenciando-se claramente da velha direita. Por fim, a ascensão da direita populista radical também indica uma ruptura com o passado recente na medida em que, diferente da "direita envergonhada", a qual buscava se desvincular do passado autoritário, traz de volta a glorificação da ditadura e o flerte com o golpismo e a desestabilização das instituições representativas.

É possível perceber continuidade entre as novas e as velhas direitas no que diz respeito à fragilidade institucional das alternativas partidárias. Se lideranças de partidos como PFL/DEM falharam na construção de marcas partidárias fortes e organizações resilientes (Borges, 2021), o mesmo pode se dizer das lideranças da nova direita. O partido Novo, que obteve oito cadeiras na Câmara dos Deputados em 2018, enfrentou um racha interno durante a eleição de 2022 e teve redução expressiva na votação para a Câmara dos Deputados. Com apenas três deputados eleitos, o partido não atingiu a cláusula de barreira e perdeu acesso aos recursos do fundo partidário[18]. Já o PSL, partido utilizado por Bolsonaro para se eleger em 2018, deixou de existir em 2021: cerca de metade dos seus

[17] É válido ressaltar, de todo modo, que esses dois partidos, assim como outros partidos de direita, abrigam nas suas bancadas apoiadores do ex-presidente Bolsonaro alinhados às agendas antissistema do bolsonarismo.

[18] "Partido Novo perde eleitores, vê redução das bancadas e não atinge cláusula da barreira". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/partido-novo-perde-eleitores-ve-bancadas-encolher-e-nao-atinge-clausula-de-barreira.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2023.

deputados migraram para o PL, atual legenda do ex-presidente, e a outra metade para o União Brasil, partido que nasceu da fusão entre o DEM e a ala não bolsonarista do PSL.

A aliança entre o antigo PR/PL, partido da direita *office-seeking* e pragmática, e a bancada extremista liderada pelo ex-presidente Bolsonaro sugere que há certa fluidez nas fronteiras entre os distintos ramos da direita analisados neste artigo, além de levantar questionamentos quanto à sobrevivência das novas forças conservadoras no médio e longo prazos. Por um lado, a ausência de partidos sólidos capazes de aglutinar as direitas religiosa e anti-*establishment* tende a abrir espaço para o faccionalismo e dificultar a coordenação de interesses nas arenas eleitoral e parlamentar. É inegável, por outro lado, que os políticos da nova direita têm sido extraordinariamente bem-sucedidos em disputas eleitorais nacionais e estaduais, e na construção de uma base social que reúne ativistas digitais, movimentos sociais e igrejas, não obstante a fraqueza dos seus partidos[19].

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. "Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 38, nº 1, p. 185-213, 2019.

AMORIM NETO, O.; ACÁCIO, I. "De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob bolsonaro". *Journal of Democracy*, Washington, vol. 9, nº 2, p. 1-29, 2020.

BOAS, T. C. "The Electoral Representation of Evangelicals in Latin America". *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, fev. 2020.

BORGES, A. "The political consequences of center-led redistribution in Brazilian federalism: the fall of subnational party machines." *Latin American Research Review*, Cambridge, vol. 46, nº 3, p. 21-45, 2011.

_____. "Authoritarian Inheritance, Political Conflict and Conservative Party Institutionalisation: the Cases of Chile and Brazil". *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, vol. 53, nº 4, p. 767-793, 2021.

_____. "Antipetismo, Antipartidarismo e Voto: bases eleitorais da nova direita antiestablishment." In: BORGES, A.; VIDIGAL, R. (Eds.). *Para entender a nova direita brasileira:* polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, p. 393-415, 2023.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. (Eds.). *Para entender a nova direita brasileira:* polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

BORGES, T.; BABIRESKI, F. "Os 'Representantes de Deus' e o sistema partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas (1998-2014)". *Agenda Política*, São Carlos, vol. 9, nº 2, p. 73-100, 2021.

BOWEN, J. D. "The Right in 'New Left' Latin America". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 3, nº 1, p. 99-124, 2011.

[19] O PL, partido do ex-presidente Bolsonaro, elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados. O ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro se elegeu Senador pelo União Brasil no Paraná, enquanto o procurador Deltan Dallagnol obteve uma cadeira na Câmara dos Deputados com votação recorde pelo Podemos no mesmo estado.

CAMPOS CAMPOS, C. "El Partido Republicano: el proyecto populista de la derecha radical chilena". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, vol. 30, nº 1, p. 105-134, 2021.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. "Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica". *Análise Social*, Lisboa, vol. 53, nº 229, p. 870-897, 2018.

CORRALES, J. The expansion of LGBT rights in Latin America and the Backlash. In: BOSIA, M. J.; MCEVOY, S. M.; RAHMAN, M. (Eds.). *The Oxford handbook of global LGBT and sexual diversity politics*. Oxford Academic Books, p. 185-200, 2020.

DIAS, T.; VON BÜLOW, M.; GOBBI, D. "Populist framing mechanisms and the rise of right-wing activism in Brazil". *Latin American Politics and Society*, Cambridge, p. 1-24, 2021.

EATON, K. "Conservative autonomy movements: territorial dimensions of ideological conflict in Bolivia and Ecuador". *Comparative Politics*, vol. 43, nº 3, p. 291-310, abr. 2011.

FENWICK, T. B. "Avoiding Governors: the Success of Bolsa Família". *Latin American Research Review*, Cambridge, vol. 44, nº 1, p. 102-131, 2009.

GREGORIO, P. C.; CONTRERA, F. "A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas". *Agenda Política*, São Carlos, vol. 8, nº 1, p. 10-49, 2020.

KALTWASSER, C. R. "La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad". *Nueva sociedad*, nº 254, p. 34, 2014.

LEIRNER, P. C. "Hybrid warfare in Brazil: The highest stage of the military insurgency". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, vol. 10, nº 1, p. 41-49, 2020.

LUNA, J. P. "Segmented party-voter linkages in Latin America: the case of the UDI". *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, vol. 42, nº 2, p. 325-356, 2010.

LUNA, J. P.; KALTWASSER, C. R. Introduction. In: LUNA, J. P.; KALTWASSER, C. R. (Eds.). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: JHU Press, p. 1-24, 2014.

_____.; _____. "Castigo a los oficialismos y ciclo político de derecha en América Latina". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, vol. 30, nº 1, p. 135-156, 2021.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. "Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores". *Revista USP*, São Paulo, nº 120, p. 61-76, 2019.

MCADAMS, E. S.; LANCE, J. E. "Religion's impact on the divergent political attitudes of Evangelical Protestants in the United States and Brazil". *Politics and Religion*, Cambridge, vol. 6, nº 3, p. 483-511, 2013.

MUDDE, C. "The populist zeitgeist". *Government and Opposition*, Cambrige, vol. 39, nº 4, p. 541-563, 2004.

_____. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism:* A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ORTEGA, B. "Political Participation of Evangelicals in Colombia: 1990–2017". *Politics and Religion Journal*, Cambridge, vol. 12, nº 1, p. 17-54, 2018.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. "Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015". *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, vol. 7, nº 11, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, R., et al. *Brasil em transe:* bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PIRRO, A. L. "Far right: The significance of an umbrella concept". *Nations and Nationalism*, vol. 29, nº 1, p. 101-112, 2023.

POWER, T. The Contrasting Trajectories of Brazil's Two Authoritarian Sucessor Parties. In: LOXTON, J.; MAINWARING, S. (Eds.). *Life after dictatorship:* authoritarian successor parties worldwide. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, p. 229-254, 2018.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. "Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, p. 486-522, 2018.

REICH, G.; DOS SANTOS, P. "The rise (and frequent fall) of Evangelical politicians: organization, theology, and church politics". *Latin American Politics and Society*, Cambridge, vol. 55, nº 4, p. 1-22, 2013.

RIBEIRO, P. F.; BORGES, A. "The populist challenge: Multi-level electoral coordination in Brazil's 2018 elections". *Regional & Federal Studies*, vol. 30, nº 3, p. 363-386, 2020.

ROBERTS, K. M. "Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America: the Peruvian case". *World politics*, Cambridge, vol. 48, nº 1, p. 82-116, 1995.

ROCHA, C. "'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*".* Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. *Menos Marx, mais Mises:* o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

RODRIGUES, G. A.; FUKS, M. "Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 30, nº 87, p. 115-128, 2015.

SAMUELS, D.; ZUCCO JR., C. Party-Building in Brazil. In: LEVITSKY, S., et al. (Eds.). *Challenges of party-building in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2016.

SANTOS, F.; TANSCHEIT, T. "Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil". *Colômbia Internacional*, Bogotá, nº 99, p. 151-186, 2019.

SMITH, A. E. *Religion and brazilian democracy:* mobilizing the people of God. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. O Ano da Polarização? In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Eds.). *As direitas nas redes e nas ruas:* a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TATAGIBA, L. "Entre as ruas e as instituições: os protestos eo impeachment de Dilma Rousseff". *Lusotopie*, vol. 17, nº 1, p. 112-135, 2018.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V., et al. (Eds.). *Direita Volver:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

TELLES, H. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita nacional? In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Eds.). *As direitas nas redes e nas ruas:* a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

THACHIL, T. "Elite parties and poor voters: Theory and evidence from India". *American Political Science Review*, Cambridge, vol. 108, nº 2, p. 454-477, 2014.

VALLE, V. S. M. "Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC". *Teoria e Cultura*, vol. 13, nº 2, 2018.

VILLAZÓN, J. C. "Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político". *Nueva sociedad*, nº 254, p. 112-123, 2014.

WEYLAND, K. "Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity?". *Third World Quarterly*, p. 1095-1115, 2003.

WIESEHOMEIER, N. "The Meaning of Left-Right in Latin America: a Comparative View". *Kellogg Working Paper*, nº 370, 2010.

ZANOTTI, L.; ROBERTS, K. M. "(Aún) la excepción y no la regla: la derecha populista radical en América Latina". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 30, nº 1, p. 23-48, 2021.

ZUCCO JR., C.; POWER, T. J. "Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system". *Comparative Politics*, vol. 53, nº 3, p. 477-500, 2021.

Anexos

Anexo A – Classificação ideológica dos partidos brasileiros

A classificação ideológica dos partidos foi construída segundo os resultados estimados por Zucco e Power (2020), com base nas respostas dos legisladores a várias edições da Pesquisa Legislativa Brasileira (BLS) de 1990 a 2017. Para classificar os partidos ausentes dos dados de Zucco e Power, utilizei as ondas de 2006, 2011, 2015 e 2019 do *expert survey* do projeto Representação Política, Executivos e Partidos Políticos (PREPPS) (<https://doi.org/10.7910/DVN/Z5DESA>), além do *expert survey* do V-Party 2020 (<https://www.v-dem.net/vpartyds.html>). Redimensionei as escalas ideológicas utilizadas na BLS e no V-Party para assegurar consistência com a escala de 20 pontos utilizada no PREPPS (1 = extrema esquerda; 20 = extrema direita). Embora as pontuações ideológicas obtidas para cada partido e eleição difiram ligeiramente entre essas três fontes, a correlação entre as medidas é extremamente elevada (em torno de r=0.9), o que sugere que tanto os dados dos *surveys* com os deputados quanto os escores obtidos a partir da avaliação dos *experts* são consistentes com uma única distribuição subjacente dos partidos no espaço ideológico. Para minimizar as diferenças entre as fontes, optei por obter escores médios para todos os partidos e anos em que haviam observações válidas para pelo menos duas das três pesquisas utilizadas. Em seguida, calculei a média geral por partido considerando todas as eleições para as quais existia uma classificação ideológica válida.

Para calcular a posição ideológica do União Brasil (UB), partido que não existia no início da atual legislatura (2019-2023), optei por calcular uma média simples dos escores atribuídos ao PSL e ao DEM pelos *experts surveys* do V-Party 2020 e PREPPS 2019. Finalmente, classifiquei um grupo restante de partidos nanicos baseando-me na classificação categórica desenvolvida por Codato; Berlatto e Bolognesi (2018).

As categorias esquerda, centro e direita foram definidas através da construção de intervalos de 7 pontos para os blocos esquerdo e direito dentro da escala de 20 pontos. O centro foi definido como o intervalo remanescente de 6 pontos, variando de 8 a 13. Os partidos foram colocados dentro de cada categoria de acordo com as suas pontuações médias para todas as eleições em que estiveram presentes na base. Esse procedimento é justificável considerando que as posições relativas dos principais partidos dentro do sistema permaneceram na sua maioria estáveis entre 1990 e 2018, embora as diferenças absolutas entre os partidos posicionados nos extremos da escala ideológica tenham diminuído ao longo do tempo. Há, contudo, dois casos de partidos que mudaram substancialmente o seu perfil ideológico, abandonando as suas posições originais de centro-esquerda no início dos anos 1990 e tornando-se mais parecidos a centro-direita - o PSDB e o PPS (esta última legenda mudou de nome para Cidadania em 2019). Nos últimos anos, o PSDB atravessou, por uma margem muito pequena, o limiar que separa o centro da direita. Ainda assim, dado que tanto o PSDB como o PPS/Cidadania diferem dos partidos de direita na medida em que são, em média, significativamente mais seculares e socialmente mais progressistas, de acordo com os *experts surveys* do PREPPS 2015 e 2018, optei por classificá-los como partidos do centro.

A classificação resultante dos partidos brasileiros é apresentada no Quadro A1:

Quadro A1
Classificação ideológica dos partidos brasileiros

Esquerda	Centro	Direita	
PSTU	PROS	PSD	PFL/DEM
Rede	PSDB	PTB	PSL
PSOL	PMDB	PSC	NOVO
PCdoB	SD	PODEMOS	PRTB
PT	PHS	PL/PR	PRONA
PSB	PTC	PRB	PEN/PATRI
PDT	PPS/CIDADANIA	PDC/DC	PRP
	PMN	PRN	PTR
		PRONA	PTdoB/Avante
		PDS/PPB/PP	UB

Fontes: BLS (vários anos), PREPPS (2006, 2011, 2015, 2019) e V-Party (2020).

Anexo B - Índice de conservadorismo e modelo para religião e liberalismo econômico

O índice de conservadorismo é uma média das posições dos deputados com respeito à legalização do aborto, descriminalização das drogas e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Valores mais altos na escala de 1 a 10 indicam posições mais conservadores (ex., maior oposição ao aborto). O Alpha de Cronbach para essas três dimensões é de 0.73, o que indica uma razoável consistência entre os itens selecionados para compor a medida de conservadorismo. O índice varia de 1 a 10, sendo que os valores mais altos (baixos) indicam posições mais conservadoras (progressistas).

Como teste adicional, utilizei as mesmas variáveis do modelo reportado na Tabela 2 do artigo para verificar a existência de diferenças sistemáticas relacionadas à religião e à ideologia partidária com respeito ao índice de liberalismo econômico criado a partir do *survey* da PELA. Os resultados são apresentados abaixo:

Tabela B1
Modelo de regressão para liberalismo econômico

	Liberalismo	
	B	Erro
(Constante)	***2.90	0.69
Religião: católica	0.73	0.66
Religião: evangélica	1.50	0.77
Religião: outras	2.37	1.34
Partido direita	***2.77	0.47
Partido centro	***2.74	0.63
N		102
R^2		0.30

Fonte: PELA (2019).

Como visto na Tabela B1, a religião dos parlamentares não tem efeitos significativos sobre as preferências quanto à intervenção do Estado na economia, na presença de controles para a ideologia. Como esperado, parlamentares de direita e de centro são, na média, mais liberais na economia do que parlamentares de esquerda. Entretanto, os evangélicos não se diferenciam dos demais deputados nessa dimensão.

Abstract

The two faces of the Brazilian new right: antipolitics and conservative reaction

This article seeks to understand the reorganization of the Brazilian right in reaction to the PT governments (2003-2016). It argues that the new right in the electoral and legislative arenas is comprised of two distinct strands. The new evangelical right emerged as part of a reaction to progressive changes to public values and policies and it distinguishes itself from the rest of the political right by its ultraconservative positions on moral issues. The other strand of the new right emerged from liberal, anti-PT and anti-corruption movements that organized during a series of political and economic crises between 2014 and 2018. While previous studies emphasized the ultraliberal agendas of these movements, what distinguishes these political forces is their antiestablishment profile. To demonstrate these claims, the article analyses party programs and data from surveys conducted with federal deputies in 2019.

Keywords: new right; political parties; evangelicals; conservatism; radical populist right

Resumen

Las dos caras de la nueva derecha brasileña: anti política y reacción conservadora

Este artículo trata de entender la reorganización de la derecha brasileña como reacción a los gobiernos del PT (2003-2016). Sostiene que la nueva derecha en los ámbitos electoral y legislativo se compone de dos vertientes distintas. La nueva derecha evangélica surgió como parte de una reacción a los cambios progresistas en valores y políticas públicas y se distingue del resto de la derecha política por sus posiciones ultraconservadoras en cuestiones morales. La otra vertiente de la nueva derecha surgió de movimientos liberales, anti-PT y anticorrupción que se organizaron durante una serie de crisis políticas y económicas entre 2014 y 2018. Aunque investigaciones anteriores han hecho hincapié en las agendas ultraliberales de estos movimientos, lo que distingue a estas fuerzas políticas es su perfil antisistema. Para demostrar estos argumentos, el artículo utiliza un análisis de los programas de los partidos y datos de encuestas a diputados federales en 2019.

Palabras clave: nueva derecha; partidos políticos; evangélicos; conservadurismo; derecha radical populista

Résumé

Les deux visages de la nouvelle droite brésilienne : antipolitique et réaction conservatrice

Cet article cherche à comprendre la réorganisation de la droite brésilienne en réaction aux gouvernements du PT (2003-2016). On y soutient que la nouvelle droite dans les arènes électorale et législative est composée de deux courants distincts. La nouvelle droite évangélique est apparue en réaction aux changements progressistes concernant les valeurs et les politiques publiques et se distingue du reste de la droite politique par ses positions ultraconservatrices sur les questions morales. L'autre volet de la nouvelle droite est issu de mouvements libéraux, anti-PT et anti-corruption qui se sont organisés pendant une série de crises politiques et économiques entre 2014 et 2018. Bien que des recherches antérieures aient mis l'accent sur les programmes ultra-libéraux de ces mouvements, ce qui distingue ces forces politiques est leur profil anti-establishment. Pour démontrer ces arguments, nous avons recours à une analyse des programmes des partis et des données d'enquête auprès des députés fédéraux en 2019.

Mots-clés : nouvelle droite ; partis politiques ; évangéliques ; conservatisme ; droite radicale populiste

Artigo submetido à publicação em 15 de março de 2023.
Versão final aprovada em 14 de março de 2024.